



# BOLETIM DEPE

Agosto de 2024



PUC-SP

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Departamento de Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano IX, número 57



## Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica .....	2
IBC-Br .....	2
Indústria.....	3
Serviços.....	6
Mercado de Trabalho.....	8
Política Monetária .....	12
Política.....	14
Crédito .....	15
Sistema Financeiro Nacional .....	17
Endividamento .....	19
Taxa de Juros.....	20
Internacional.....	21
Economia Solidária.....	23
Cesta Básica.....	23
Cesta Básica de Abril de 2024.....	23
Microcrédito.....	24
Plano Safra da Agricultura Familiar: .....	25
Desigualdade: Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo.....	30
Redação: Boletim DEPE, Ano IX, n. 57. ....	32
Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP .....	32



## Brasil: Atividade Econômica

### IBC-Br

Maio marcou a segunda alta mensal consecutiva do IBC-Br, com avanço de 0,25% sobre Abril, que já havia apresentado outros 0,26% de avanço sobre Março e, este sim, trouxe recuo neste tipo de comparação com relação ao mês imediatamente anterior. Já Maio deste ano em comparação com mesmo mês de 2023 tem alta de 2,51%. Com tudo isso, o indicador avança 1,55% no ano e outros 1,71% em 12 meses. Esses dados dizem respeito a série livre de influências sazonais. Na tabela abaixo é possível verificar estes dados e outros da série observada:

**IBC-Br – Quadro Resumo**

	Observado	Dessazonalizado
Junho24/Maio24	-4,09%	0,25%
Junho24/Junho23	1,30%	2,51%
Trimestre/trimestre	1,94%	0,53%
Trimestre/trimestre ano anterior	1,24%	1,21%
No ano	2,01%	1,55%
12 meses	1,66%	1,71%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE

Na última edição deste Boletim chamávamos a atenção neste espaço para o fato de que, em linhas gerais, os indicadores da economia brasileira caminhavam bem, mas havia grande preocupação com a política monetária, ou melhor dizendo, com a “autodependência” do Banco Central aos dogmas do tal mercado financeiro e conseqüentemente o risco de que tivéssemos, como tivemos, a suspensão das reduções na taxa SELIC, estacionada em absurdos 10,5% ao ano.

Isso concretizado e, neste momento, sem qualquer possibilidade no horizonte de retomada nos cortes de juros em 2024 – pois Focus está dizendo, e ninguém ousa confrontar –, só nos resta acompanhar o desenrolar do segundo semestre para verificar se cresceremos os 2,19% estimados pelo Focus (26/07/2024), uma vez que a única certeza é que continuaremos transferindo algo em torno de 7,5% do PIB ao ano para os rentistas da dívida pública e sabotando um maior crescimento econômico.

**Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP**



## Indústria

Os dados publicados pelo IBGE referente ao desempenho do setor industrial, por meio da Pesquisa Industrial Mensal, apontam um desempenho além do esperado para o mês de junho de 2024. Segundo a pesquisa, o setor industrial cresceu 4,1% em junho de 2024 relação ao mês de maio.

Em comparação ao mesmo período de 2023, o setor apresentou crescimento de 3,2%, com resultados positivos nas cinco grandes categorias econômicas que dividem a pesquisa. O crescimento apresentado interrompe dois meses de desempenho negativos da PIM, que acumulavam perda de 1,8% nos meses de abril e maio de 2024.

Para o ano de 2024, o setor industrial apresenta um crescimento acumulado de 2,6%, com média móvel trimestral de 0,7%. A tabela abaixo concatena os resultados:

<b>Pesquisa Industrial Mensal</b>	
Jun/24 - Mai/24	4,1%
Jun/24 - Jun/23	3,2%
Acumulado no ano	2,6%
Acumulado dos últimos 12 meses	1,5%
Média Móvel Trimestral	0,7%

Fonte: IBGE. Elaboração: DEPE

É interessante notar que, a base de comparação para os últimos dois meses foi negativa, o que impulsiona um impacto positivo sobre a série neste mês de junho. Algumas análises têm dado destaque sobre o impacto que o Rio Grande do Sul teve sobre a PIM no mês de junho, especialmente por conta dos setores que tiveram os maiores crescimentos, que são os de petróleo e derivados, estes que possuem bastante ligação com o sul do país.

Para as cinco grandes categorias econômicas, em relação a variação do mês de maio para junho, o grupo de Bens de Consumo e o de Duráveis apresentaram as maiores variações de 6,8% e 4,4% respectivamente.

O grande destaque em relação ao desempenho de junho está no comparativo disponibilizado pelo IBGE, que ultrapassou o patamar pré-pandemia (2,8% acima de fevereiro de 2020), mas ainda se encontra 14,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Em relação a comparação com o mesmo mês do ano passado (junho de 2023), o setor de Bens de Capital apresentou uma variação positiva de 9%, um resultado bastante expressivo para a categoria, que também apresentou uma variação significativa de 5% no acumulado dos meses de janeiro a junho de 2024. Contudo, em comparação ao acumulado dos últimos 12 meses, a categoria de Bens de Capital apresenta o pior desempenho (-5,1%). A tabela abaixo apresenta estes resultados:



Indicadores da Produção Industrial por Grandes Categorias Econômicas				
Brasil - junho de 2024				
Grandes Categorias Econômicas	Variação (%)			
	Junho 2024 / maio 2024*	Junho 2024 /junho 2023	Acumulado janeiro-junho	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Bens de Capital	0,5	9	5	-5,1
Bens Intermediários	2,6	1,1	1,8	1,6
Bens de Consumo	6,8	6,6	4,2	2,9
Duráveis	4,4	12	4,3	0,7
Semiduráveis e não Duráveis	4,1	5,8	4,1	3,2
Indústria Geral	4,1	3,2	2,6	1,5

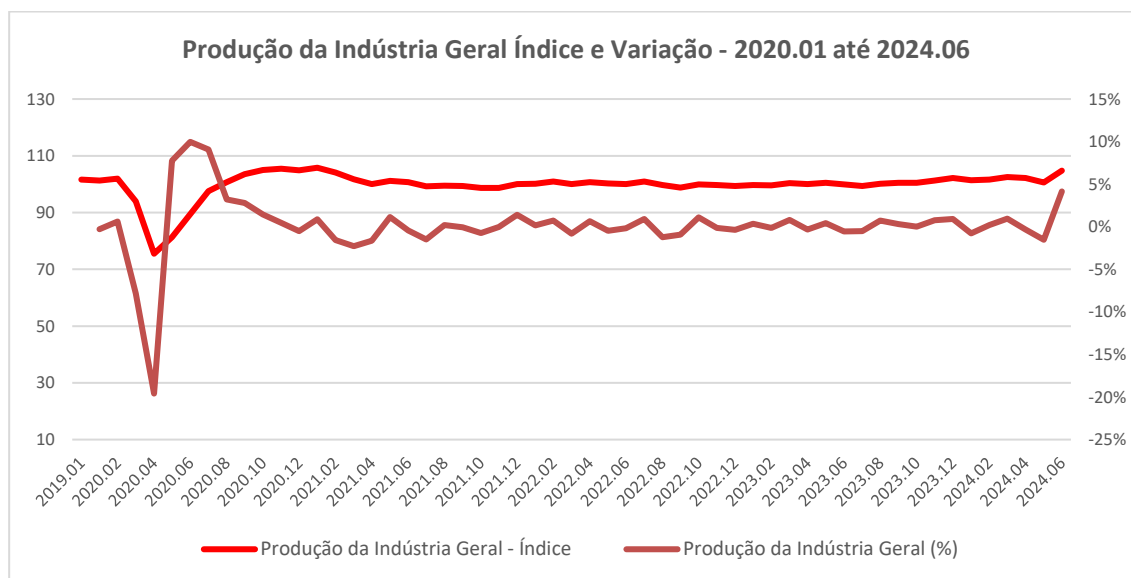
**Fonte:** IBGE. Elaboração própria.

\*Série com ajuste sazonal

### Notícias relevantes da Indústria

Em relação ao setor industrial, vale destacar o empenho do Governo, especialmente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em renovar o parque industrial por meio de políticas de depreciação acelerada. O setor industrial tem uma maturação do investimento relativamente tardia, cujo impacto do investimento demora para ser visto.

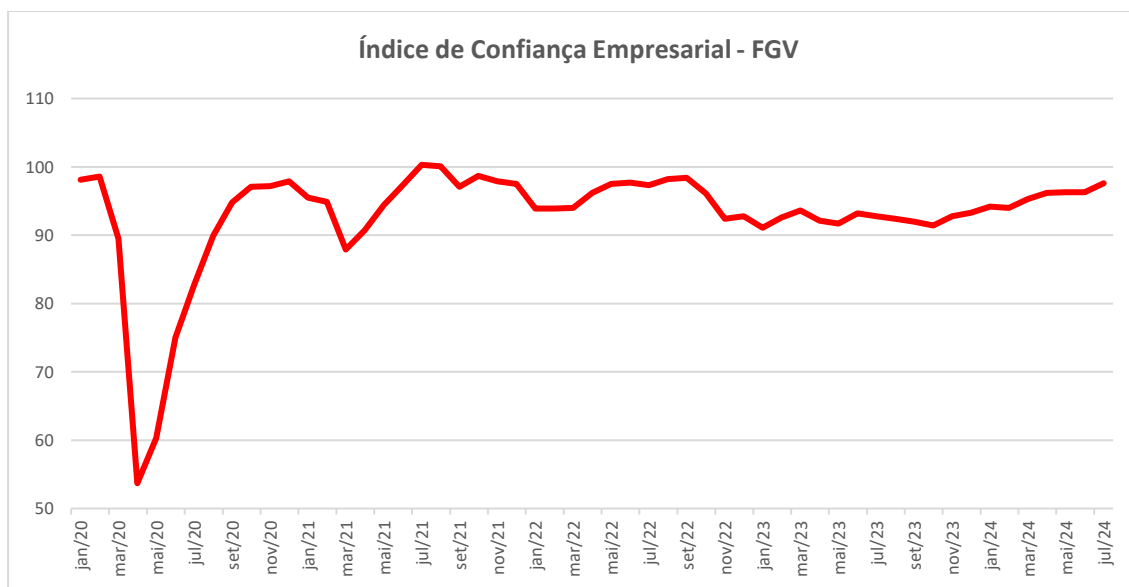
Desta forma, podemos começar a discutir se já estamos vivenciando os impactos do lançamento do programa Nova Indústria Brasil (NIB) e do forte incentivo do BNDES para o setor industrial. Apesar de o plano estar caminhando para o seu primeiro ano de lançamento, a atuação do BNDES tem sido assídua desde o primeiro semestre de 2023. Nas últimas edições do Boletim apontamos que o comportamento da indústria, especialmente desde a pandemia, tem dançado em um Random Walk de difícil previsão, cujo desempenho do setor não era possível de ser previsto com facilidade, especialmente por conta da baixa competitividade dos diferentes setores e do impacto da política monetária sobre o setor produtivo.



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

A grande quantidade de crédito destinada para o setor empresarial, especialmente a produção no Rio Grande do Sul, impactou o bom resultado no mês de junho. A reabertura das indústrias da região também impactou o índice neste período.

Apesar dos pontos levantados, é importante destacar que a confiança do setor produtivo aumentou nos meses de 2023. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) da FGV tem apresentado valores positivos desde outubro de 2023, quando estava em 91,4 pontos e agora em julho de 2024 se encontra com 97,6.



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

**Emerson Braz – Economista e Mestrando em Economia pela PUC-SP**



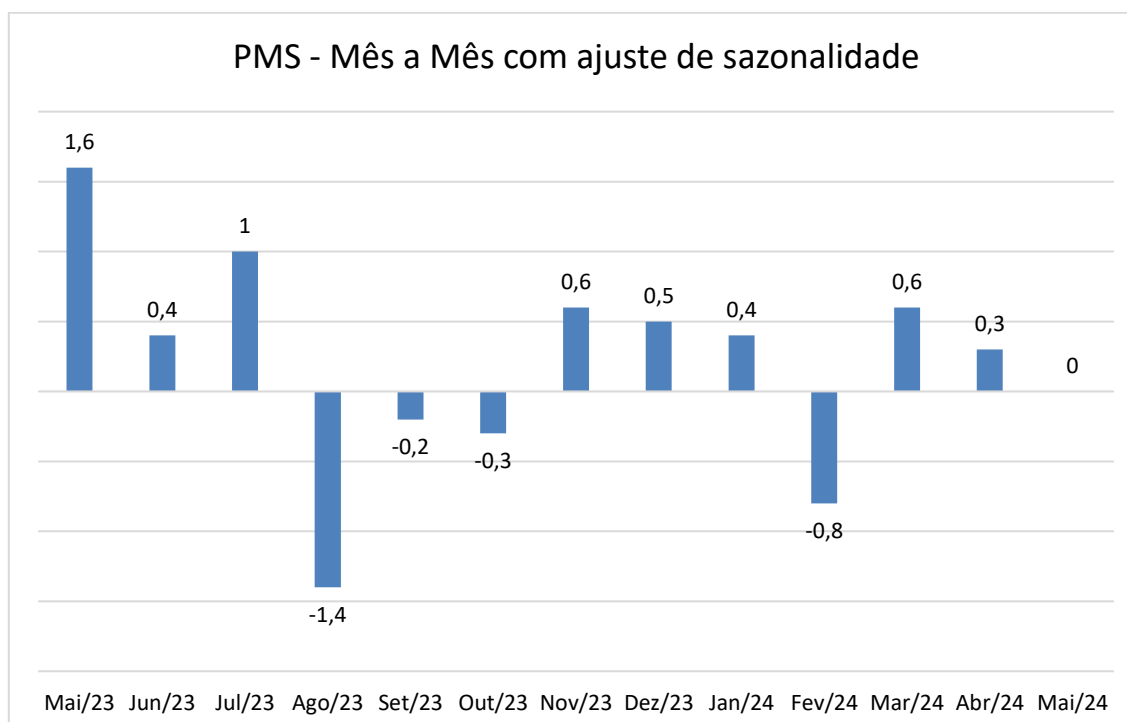
## Serviços

A publicação dos dados em relação à Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), pelo IBGE, indica estabilidade no volume de serviços para o mês de maio de 2024. Segundo a pesquisa, o setor não apresentou variação significativa (0,0%) em relação ao mês anterior. A estabilidade sucede dois meses seguidos de um leve crescimento acumulado de 1%.

Pesquisa Mensal de Serviços	
Maio/24 - Abril/24	0,0%
Maio/24 - Maio/23	0,8%
Acumulado Janeiro - Maio	2,0%
Acumulado dos últimos 12 meses	1,3%
Média Móvel Trimestral	0,3%

Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

Na comparação com o mesmo período em 2023, o setor apresentou um crescimento de 0,8%, após ter avançado em abril (5,5%), referente ao mesmo período do ano anterior. O avanço fora acompanhado por quatro das cinco atividades, contando também com crescimento de 48,2% dos 166 tipos de serviços investigados. Puxado, principalmente, pelos setores de informação e comunicação (4,2%), os demais avanços vieram de serviços profissionais, administrativos e complementares (3,4%); serviços prestados às famílias (6,5%) e dos outros serviços (3,3%). Sendo os transportes a única influência negativa (-4,8%).



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

Já para 2024, o setor de serviços apresenta um crescimento acumulado positivo (2,0%) em diferentes seguimentos.

A variação nula em maio de 2024, teve como resultado três das cinco atividades mostrando com



taxas negativas, em especial, destaque para os transportes (-1,6%), informação e comunicação (-1,1%) e de outros serviços (-1,6%). Contudo, os serviços prestados às famílias (3,0%) e os profissionais, administrativos e complementares (0,5%) entregaram resultados positivos para o mês.

Na série, com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral mostrou uma variação positiva tímida (ou leve) (0,3%) no trimestre encerrado em maio, frente ao mês imediatamente anterior.

É válido ressaltar a contribuição positiva do setor de serviços prestados às famílias (3,0%), onde proporciona uma recuperação integral referente ao mês anterior de 2,7%, positivamente influenciada pela ocorrência do Dia das Mães, contribuindo para um avanço e maior movimento de pessoas em procura de restaurantes para reuniões familiares. Além de eventos de grande magnitude, tais como o show da Madonna no Rio de Janeiro, incentivando um grande fluxo de pessoas.

O setor de serviços se aproxima dos níveis pré-pandêmicos, porém com alguns desafios pela frente. Destacado que, mesmo com variação do desempenho, no geral se manteve estável e evitou uma queda abrupta. Assim sendo notável uma iminente confiança empresarial, mostrando sinais de recuperação e contribuindo para uma perspectiva mais otimista para os próximos meses.

O aumento o volume de serviços, em especial nos setores que dependam do consumo das famílias, se dá pelo aumento substancial da demanda por serviços em decorrência de maior empregabilidade e disponibilidade de renda, sofrendo impacto direto por um mercado de trabalho aquecido.

**Pablo Henrique Romero dos Santos – Graduando em Economia pela PUC-SP**





## Mercado de Trabalho

### Novo Caged

Conforme informações divulgadas pelo Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em junho de 2024 foi registrado o saldo de 201.705 (resultado de 2.071.649 admissões e 1.869.944 desligamentos).

Os 5 (cinco) grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos no mês de junho. A Tabela 1, a seguir, mostra os saldos distribuídos por setor econômico.

**Tabela 1 - Saldo de empregos acumulado por setor de atividade (Junho/2024)**

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	27.129
Indústria geral	32.023
Construção	21.449
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	33.412
Serviços	87.708
Não identificados	-16
<b>Total</b>	<b>201.705</b>

Fonte: Caged. Elaboração DEPE.

No recorte regional, as 5 (cinco) regiões apresentaram saldos positivos: Sudeste (93.681, +0,39%), Sul (15.287, +0,18%), Centro-Oeste (23.100, +0,55%), Norte (18.261, +0,79%) e Nordeste (45.940, +0,60%).

**Tabela 2 - Saldo de empregos acumulado por região Junho/2024)**

Norte	18.261
Nordeste	45.940
Centro Oeste	23.100
Sul	15.287
Sudeste	93.681
<b>Total</b>	<b>201.705</b>

Fonte: Caged. Elaboração DEPE.

### Destaques - saldos de empregos formais para Junho/2024:

- Homens +112.089 e mulheres +89.616.
- Faixa etária que mais gerou postos de trabalho formais foi de 18 a 24 anos, independentemente do gênero, com saldo positivo de 118.224).
- Grau de Instrução com maior saldo de postos de trabalho: Ensino médio completo (+152.287).
- A faixa de >1 e <=1,5 salários-mínimos registrou +161.263 postos.
- Raça/cor parda obteve o saldo de +214.062 postos

O estoque de empregos formais em junho de 2024 contabilizou 46.817.319 vínculos, que representou uma variação de +0,43% em relação ao estoque do mês anterior.

No acumulado do ano (janeiro/2024 a junho/2024), o saldo foi de 1.300.044 empregos, resultado de 13.136.642 admissões e 11.836.598 desligamentos.



Ainda, o saldo do acumulado do ano para os 5 (cinco) grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos, conforme Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3 - Saldo acumulado de empregos por setor de atividade (Janeiro a Abril/2024)**

Agropecuária	+26.097
Indústria	+191.358
Construção	+141.428
Comércio	+42.936
Serviços	+556.607
não identificados	-1
<b>Total</b>	<b>+958.425</b>

Fonte: Caged. Elaboração DEPE.

O salário médio de admissão em abril/2024 foi de R\$ 2.126,16, um aumento real de R\$ 36,96 (1,77%) em relação ao mês anterior. A faixa salarial de até 1,5 salário mínimo registrou 169.400 postos, e a cor/raça parda obteve um saldo de 217.717 postos.

### PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de abril, maio e junho de 2024, apresentados na tabela 4, o número de desocupados atingiu cerca de 7,5 milhões de pessoas, apresentando reduções significativas tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior, - 1,08 milhão de pessoas (12,5%) como na comparação com o mesmo trimestre de 2023, -1,10 milhão (12,8%). A taxa de desocupação ficou em 6,9%, queda de 1 p.p. em comparação ao trimestre imediatamente anterior, e 1,1 p.p. na comparação com 2023.

A população na força de trabalho, no trimestre móvel terminado em junho de 2024, houve leve aumento (0,5%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior houve expressivo aumento de 1,81 milhão de pessoas (1,7%). A população fora da força de trabalho apresentou pequena retração de 0,3% (184 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior, e 341 mil pessoas (0,5%) na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2023. A população ocupada apresentou elevação de 1,6%, cerca de 1,6 milhão de pessoas na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2023 houve um significativo crescimento de cerca de 2,9 milhões de pessoas (3,0%).

O total de pessoas desalentadas reduziu 9,6%, cerca de 345 mil pessoas em relação ao trimestre imediatamente anterior. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a queda foi ainda mais expressiva, 422 mil pessoas (-11,5%). A população subutilizada, formada pelas pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência e horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial apresentou redução de mais de 1,7 milhão de pessoas, ou 8,2% na comparação com o trimestre de janeiro, fevereiro e março de 2024. Já em relação ao trimestre de 2023 ocorreu queda de 6,6%, ou 1,3 milhão de pessoas.

**Tabela 4: Mercado de trabalho – Indicadores selecionados****Brasil – abril, maio e junho de 2024**

Posição no mercado de trabalho/Período	abr-mai-jun 2023	jan-fev-mar 2024	abr-mai-jun 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	107.557	108.826	109.372	0,5	546	1,7	1.815
Ocupadas	98.910	100.203	101.830	1,6	1.627	3,0	2.920
Desocupadas	8.647	8.623	7.541	-12,5	-1.082	-12,8	-1.106
Fora da força de trabalho	67.051	66.893	66.709	-0,3	-184	-0,5	-342
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	5.133	5.154	5.104	-1,0	-50	-0,6	-29
Na força de trabalho potencial	6.571	6.928	6.361	-8,2	-567	-3,2	-210
Desalentadas	3.672	3.595	3.250	-9,6	-345	-11,5	-422
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	20.351	20.706	19.006	-8,2	-1.700	-6,6	-1.345

**Fonte:** IBGE – PNAD Contínua.

Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, os destaques de crescimento foram do empregado com carteira assinada no setor privado, 396 mil (1,0%), empregado no setor público, 641 mil (5,3%) e empregado no setor privado sem carteira assinada, 410 mil pessoas (3,1%)

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, o destaque de crescimento foi no emprego no setor privado com carteira assinada com 1,60 milhão de pessoas (4,4%), seguido por empregado no setor privado sem carteira assinada, 688 mil (5,2%). Já o trabalho o trabalhador familiar auxiliar apresentou a única variação negativa com queda de 238 mil pessoas (15,3%).

**Tabela 5: Mercado de trabalho – Total de ocupados por posição no mercado de trabalho****Brasil – abril, maio e junho de 2024**

Posição no mercado de trabalho/Período	abr-mai-jun 2023	jan-fev-mar 2024	abr-mai-jun 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Empregado C/ carteira setor privado	36.773	37.984	38.380	1,0	396	4,4	1.607
Empregado S/ carteira setor privado	13.109	13.387	13.797	3,1	410	5,2	688
Trabalhador doméstico	5.847	5.896	5.837	-1,0	-59	-0,2	-10
Setor público	12.230	12.018	12.659	5,3	641	3,5	429
Empregador	4.170	4.130	4.295	4,0	165	3,0	125
Conta própria	25.223	25.406	25.543	0,5	137	1,3	320
Conta própria com CNPJ	6.291	6.457	6.540	1,3	83	4,0	249
Conta própria sem CNPJ	18.932	18.950	19.003	0,3	53	0,4	71
Trab. familiar auxiliar	1.557	1.382	1.319	-4,6	-63	-15,3	-238

**Fonte:** IBGE – PNAD Contínua.

Entre os grupamentos de atividade no trabalho principal, o destaque com o maior



crescimento, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, foi administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais com 852 mil pessoas (4,8%), Em seguida o grupamento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 283 mil pessoas (1,5%).

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior a maioria dos grupos apresentou crescimento, sendo o destaque a Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, 901 mil pessoas (7,5%). O segundo maior crescimento foi em administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (3,8%). A única retração foi no grupamento agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 343 mil pessoas (4,1%).

**Tabela 6: Mercado de trabalho – Todo de ocupados por posição no mercado de trabalho Brasil – abril, maio e junho de 2024**

Grupamento de atividade no trabalho principal	abr-mai-jun 2023	jan-fev-mar 2024	abr-mai-jun 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.341	7.998	7.998	0,0	0	-4,1	-343
Indústria geral	12.703	12.897	12.871	-0,2	-26	1,3	168
Construção	7.142	7.367	7.494	1,7	127	4,9	352
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	18.807	18.983	19.266	1,5	283	2,4	459
Transporte, armazenagem e correio	5.337	5.694	5.738	0,8	44	7,5	401
Alojamento e alimentação	5.498	5.487	5.516	0,5	29	0,3	18
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	12.022	12.676	12.923	1,9	247	7,5	901
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17.887	17.721	18.573	4,8	852	3,8	686
Outros serviços	5.261	5.414	5.556	2,6	142	5,6	295
Serviços domésticos	5.876	5.939	5.883	-0,9	-56	0,1	7

Fonte: IBGE – PNAD Contínua.

Sazonalmente o trimestre analisado é caracterizado pelo aumento da desocupação e piora de alguns indicadores na comparação com o trimestre imediatamente anterior. A questão a ser observada nos próximos meses é se estamos lidando apenas com efeitos sazonais ou um momento de inflexão nas tendências observadas nos últimos anos.

## Rendimento

No trimestre móvel terminado em junho de 2024, o rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos, foi estimado em R\$ 3.214. Esse resultado



apresentou variação de 1,8% frente aos três trimestres móveis anteriores, e crescimento de 5,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi estimada em R\$ 322,6 bilhões de reais. Quando comparada ao trimestre móvel anterior, de janeiro a março de 2024, a massa de rendimento apresentou variação de 3,5%, ou seja, mais R\$ 10,8 bilhões.

**Camila Gaboni Silva, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP**  
**Miguel Huertas Neto, economista, mestre em Economia Política pela PUC-SP**

## Política Monetária

### A política da política monetária

Desde a precipitada fala à investidores privados do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, onde deu sinais de que o Comitê de Política Monetária (Copom) abandonaria sua sinalização para os próximos passos da política monetária, ao indicar três cenários alternativos para o balanço de risco para a inflação, presenciou-se uma tempestade perfeita.

No front doméstico, a atividade econômica seguiu demonstrando força, o mercado de trabalho se mostrando aquecido, com a taxa de desemprego se aproximando de patamares historicamente baixos e a renda apresentando recuperação. Ainda, o processo de desinflação veio se mostrando mais fraco, com aceleração do IPCA em 12 meses e pressão nas medidas de inflação subjacente, especialmente a de serviços.

No ambiente externo, o dólar disparou juntamente com o retorno da T-Notes, com o mercado precificando menos cortes na Fed Funds este ano e postergando a previsão do início do ciclo de flexibilização monetária, reagindo aos dados mais fortes da atividade econômica e do mercado de trabalho. O que impactou negativamente nas condições financeiras internas, elevando os prêmios de riscos dos ativos doméstico e pressionando ainda mais a manutenção do ciclo de corte na meta Selic.

Adicionando mais tempero ao molho, a decisão em caráter dividido do colegiado atribuiu um peso de maior relevância para a política dentro da política monetária, levando a polarização política para dentro do BC. Embora as duas decisões das reuniões seguintes tenham sido de forma unânime, o estrago já estava feito.

Com as futuras nomeações do novo presidente do BC em 2025 e de novos diretores, se criou uma narrativa que o Copom tenha uma postura mais inclinada ao afrouxamento monetário e leniente no combate à inflação, levando a uma deterioração nas expectativas inflacionárias, pressionando ainda mais a condução da política monetária.

Nesse contexto, observou-se um descolamento entres as projeções para a taxa Selic no Boletim Focus (BF) e no mercado de opções do Copom, na B3. A mediana das projeções para a



taxa Selic ao final de ano, no BF de 09/08/24, indicava manutenção em 10,50% a.a. até o final do ano, com reduções ao longo de 2025, encerrando em 9,75% a.a., enquanto o mercado de opções do Copom, no dia 16/08/24, registrava uma chance de 36,0% de manutenção da taxa Selic na próxima reunião, sendo 33,1% de um aumento de 0,25 p.p. e 55,6% de uma alta de 0,50 p.p..

Realmente a situação segue complicada, por um lado, a atividade se mantém aquecida e a taxa de desemprego renovando suas mínimas recentes, porém por outro lado, as condições financeiras no cenário externo esboçaram alguma melhora, com o mercado passando a precificar mais cortes na Fed Funds este ano, com a ferramenta fedwatch, do CME Group, no dia 16/08/24, apontava probabilidade de 42,8% de 3 cortes de -0,25 p.p., levando a taxa para entre 4,50% e 4,75% a.a., sendo 42,5% da taxa encerrar entre 4,25% e 4,50% a.a. e 13,3% de chance de fechar entre 4,00% e 4,25% a.a..

Com isso, o dólar perdeu força nos mercados globais, em consonância à queda nos retornos das T-Notes. Assim, o real devolveu parte de sua depreciação, encerrando com o dólar cotado a R\$ 5,51 no dia 19/08/24, após alcançar R\$ 5,75 no dia 01/08/24. O que deve configurar algum alívio para o Copom, principalmente no que se refere ao diferencial entre as taxas de juros doméstica e no exterior, assim como aos efeitos da taxa de câmbio nos preços locais.

A manutenção do ciclo de flexibilização monetária havia ficado comprometida, tal qual evidenciado com a atividade aquecida e o mercado de trabalho apertado. Contudo, também não se justifica um aperto adicional da política monetária, especialmente neste cenário de recuo nas treasuries e perda de força do dólar, com o mercado precificando mais cortes na Fed funds.

Em suma, o momento requer ainda mais cautela e parcimônia, principalmente até o colegiado conseguir reduzir este ruído político. Lembrando que as recuperações da atividade e do mercado de trabalho partem de uma base comparativa muito comprimida pela pandemia, sendo que um aperto adicional nas condições financeiras poderia comprometer o processo de retomada da atividade, ainda mais em um cenário de ainda elevado endividamento das famílias e comprometimento da renda.

**Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política**



## Política

Este foi o prazo final para o registro das candidaturas ao pleito municipal de 2024 serão por volta 15.000 brasileiros candidatos a prefeitos pelos 5.568 municípios.

Os números apresentados podem ser altos, mas poucos pleitos podem mexer nos rumos políticos do país. Das 10 maiores cidades, em população, por exemplo: Brasília – terceira no ranking – não tem eleição. No Rio de Janeiro nove se apresentam candidatos porém é maior o número de partidos (10) que apoiam a reeleição do Eduardo Paes. O pleito conta ainda com Alexandre Ramagem o qual conta com o apoio da família Bolsonaro.

No nordeste a chapa de João Campos (Recife) concorre com o vice do mesmo partido. Seu governo aparece nas pesquisas como muito bem avaliado além disso teria ultrapassado a idade mínima para se candidatar a governador.

Em Manaus o candidato a reeleição pelo Avante David Almeida enfrenta o deputado federal Amom Mandel do Cidadania que tem apenas 23 anos e é deputado federal com uma votação de quase 15% dos votos na cidade de Manaus.

Na região sul a disputa por Porto Alegre deve ser bem disputada. Apesar do histórico de mais de 60% de reeleição dos prefeitos o atual mandatário está em 2º lugar nas pesquisas atrás da petista Maria do Rosário.

Partindo para uma análise histórica dos governos do PT em três momentos temos que em 2004 na primeira eleição após a primeira vitória do Lula o PT teve candidatos em 18 capitais vencendo em 9 delas. Em 2016 no ano da destituição da Dilma Rousseff o número de candidatos caiu para 14 capitais e o partido venceu apenas em 1 já este ano o partido é cabeça de chapa em 12 capitais.

Porém a disputa principal é a capital de São Paulo, neste pleito o PT não está com a cabeça de chapa mesmo já tendo governado a cidade por 3 vezes por sua vez os bolsonaristas estão distribuídos em diversas candidaturas desde os candidatos do MDB até o NOVO passando pelo do PRTB Pablo Marçal. O candidato do governo é o deputado federal mais votado do estado Boulos, nestes primeiros momentos da campanha os dois tem se enfrentando nos debates deixando o caminho livre para o Nunes do MDB se apresentar como prefeito e candidato.

**Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP;**





## Crédito

O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em junho/24, apresentou uma variação de +1,20% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de +9,90%, com crescimento no mês da carteira de pessoa física de +0,60%, também aumento na carteira de pessoa jurídica de +2,20%. O saldo consolidado foi de R\$ 6.018,7 bilhões. O saldo da carteira de pessoa jurídica foi de R\$ 2.327,3 bilhões e da carteira de pessoa física ficou em R\$ 3.691,4 bilhões. O saldo do crédito em relação ao PIB ficou em 53,9% crescimento de +0,40%. A inadimplência total foi de 3,2% queda -0,10% com relação ao mês anterior. A taxa de juros no segmento de recursos livres está no patamar de 39,6% a.a. redução de -0,3% no mês e em recursos direcionados em 10,6% a.a. aumento de +0,20%. O spread bancário total foi de 18,3 p.p. variação de -0,6%.

As concessões totais, com ajuste sazonal foram de R\$ 594,8 bilhões aumento de +3,0% no mês e no ano +14,1% e no acumulado em 12 meses em +9,8%.

Pelas informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o endividamento das famílias junto ao sistema financeiro nacional, foi de 47,5% no mês de maio/24 redução de 0,2 p.p. com relação ao mês anterior e em 12 meses queda -0,97 p.p.. É o menor nível de endividamento desde setembro/21 quando atingiu o mesmo patamar de 47,5 %, essa redução que vem sendo observada ao longo dos meses, pode ser fruto do programa Desenrola Brasil – Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas.

As taxas de juros divulgadas pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac para pessoa física no mês de junho/24 ficou em 397,23% a.a. para o cartão de crédito, ou seja, trata-se dos juros mais altos cobrado entre os instrumentos de crédito para pessoa física e pessoa jurídica divulgados pela Anefac.

O saldo do crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) atingiu no mês de junho/24 o patamar de 53,9% é a melhor relação desde dezembro/2015 exatamente o mesmo valor de 53,9%, ou seja, após oito anos e meio temos uma recuperação efetiva que vem sendo observada desde meados do ano passado. Além disso, tanto o comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida e o endividamento em relação à renda acumulada, apresentam uma trajetória de queda nos últimos meses. E como já apontamos em boletins anteriores, o destaque da recuperação do crédito nos últimos 12 meses são dos recursos direcionados e a relevância reconquistada pelo BNDES, que foi esvaziado ao longo do governo Bolsonaro. Isso pode ser notado no crédito de capital de giro para pessoa jurídica realizado pelo banco, com um crescimento de 136,0% em 12 meses. O protagonismo do BNDES serve como um contraponto as medidas contracionistas impostas nas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil) que leva o país a possuir um dos maiores juros reais do mundo acima dos 6% atualmente, inibindo o investimento produtivo.





## Letra de Crédito do Desenvolvimento

No dia 26 de julho de 2024 foi sancionada pelo presidente da república a lei nº 14.937 que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), tem como objetivo central, obter recursos de longo prazo para o desenvolvimento do país, servindo como fonte de recursos à indústria.

Esse novo título é semelhante as já existentes Letra de Crédito Agrícola (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI) que possuem isenção de imposto de renda para o aplicador. Neste ano, conforme divulgado pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais) já foram emitidas R\$ 254.265 milhões de LCA e LCI até o mês de junho/24.

As LCD's são títulos de longo prazo não inferior a 12 meses que só podem ser emitidas por bancos de desenvolvimento, que atualmente são: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com um limite máximo de R\$ 10 bilhões por ano por instituição.

As LCD's foram uma iniciativa do Executivo enviada ao Congresso Nacional que busca ampliar os recursos para projetos de financiamento junto à indústria. Mesmo apresentando seus limites para a captação de recursos, podemos destacar os seguintes aspectos positivos da medida.

Permite o repasse da isenção aos projetos fins, com isso, reduzindo o custo de captação para esses. Amplia e diversifica, por exemplo, as fontes de recursos do BNDES ligado ao FAT, Tesouro Nacional, dentre outros. E é uma nova alternativa de obtenção de recursos, por parte dos demais bancos de desenvolvimento. Os projetos que terão recursos captados pelas LCD's, serão objeto de relatórios anuais de acompanhamento e monitoramento de impactos e retornos.

A iniciativa das LCD's pode ser um primeiro passo, que se for bem-sucedido, abrirá caminho para um debate e discussão de um orçamento de investimentos robustos para a indústria<sup>1</sup>, similar ao que é feito no Plano Safra, tentando buscar furar o bloqueio da ditadura do risco fiscal, que limita os investimentos da indústria, comprometendo o crescimento e o desenvolvimento do país.

---

<sup>1</sup> Como propôs o economista André Lara Resende em seminário no dia 30/07/24 no DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e em artigo no jornal Valor Econômico em 06/08/24 p.A4 "...3.Programa Plurianual de Investimentos públicos e privados, com base em grandes objetivos de longo prazo, com acompanhamento permanente e transparente da evolução dos custos e dos retornos).

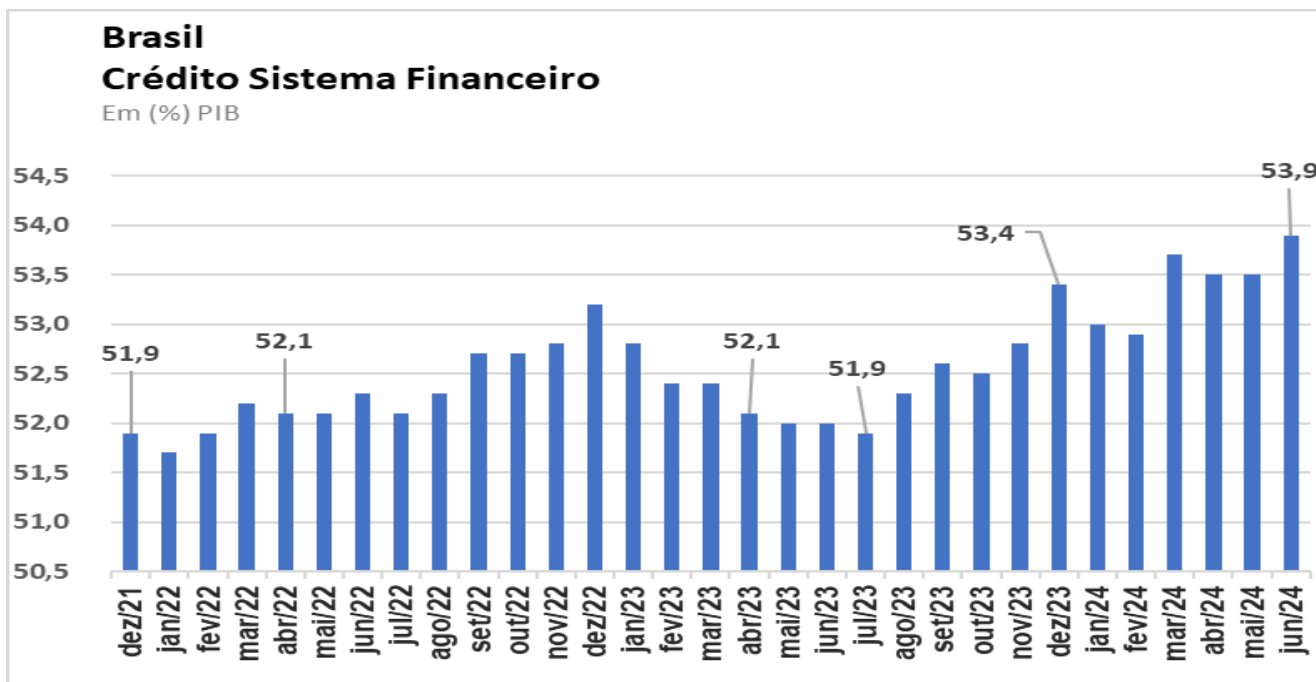


# Sistema Financeiro Nacional

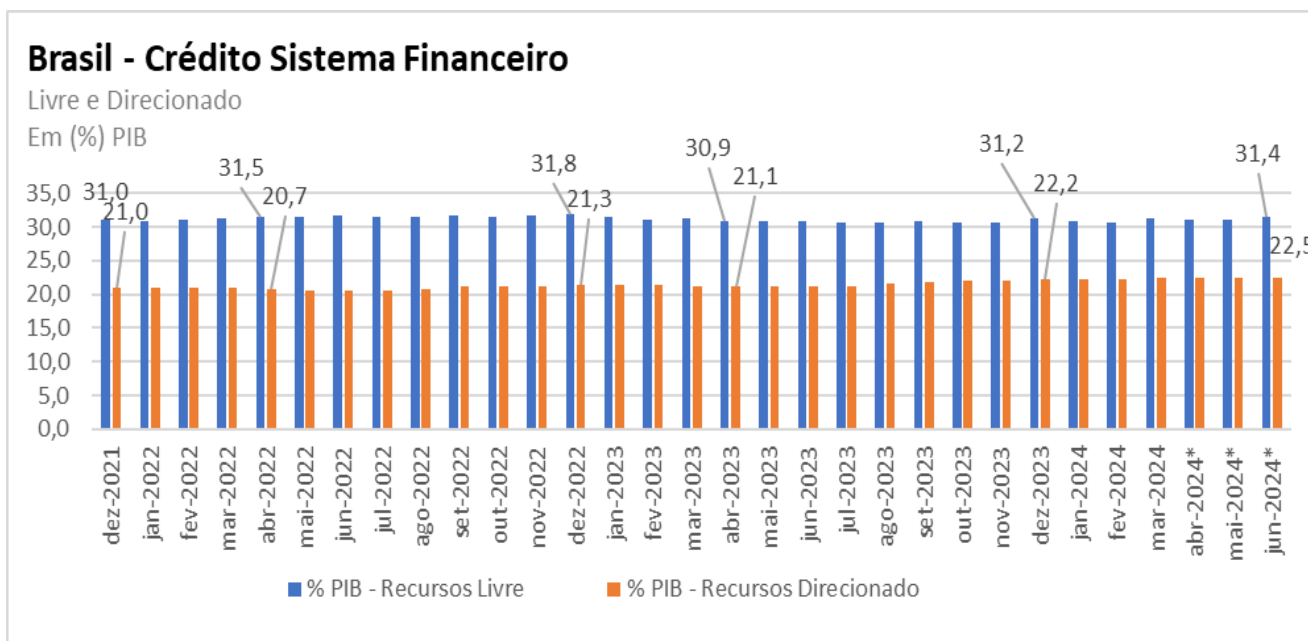
## Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Junho / 2024

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês	Ano	12 meses		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	53,90%	0,40%	0,50%	1,90%	Em 2024 a relação Crédito/PIB tem ficado acima dos 53% com exceção de fevereiro que foi de 52,9%, a última vez que a relação atingiu 53,9% foi em Dez/15 .	
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 6.018,7 bilhões	1,20%	3,90%	9,90%	Crescimento importante da carteira de PJ.	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 2.327,3 bilhões	2,20%	2,40%	7,70%	Aumento PJ explicada pelo segmento de recursos livres.	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 3.691,4 bilhões	0,60%	4,80%	11,40%	Crescimento equilibrando em recursos livres e direcionados.	
	Concessão Ajuste Sazonal (R\$)	R\$ 594,8 bilhões	3,00%	14,10%	9,80%	Maior parte em Recursos Livres.	
	Inadimplência	3,20%	-0,10%	0,00%	-0,30%	No ano tem ficado estável.	
	Spread bancário	18,3 p.p.	-0,60%	-1,30%	-3,40%	Queda maior do spread no segmento de recursos livres.	
Recursos	<b>Saldo Total</b>	<b>R\$ 3.505,3 bilhões</b>	<b>1,50%</b>	<b>3,50%</b>	<b>7,80%</b>		
	Livres	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.493,0 bilhões	2,90%	2,10%	5,50%	<b>Destaques:</b> Os principais fatores que explicam o avanço da carteira no mês foram: Expansão das carteiras de desconto de duplicatas e outros recebíveis (16,4%); financiamento à exportação e adiamento de contrato de câmbio.
		Spread bancário	9,9 p.p.	-0,10%	-0,60%	-1,60%	
		Inadimplência	3,30%	0,10%	0,20%	0,30%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 2.012,3 bilhões	0,50%	4,60%	9,50%	
		Spread bancário	40,2 p.p.	-1,10%	-3,30%	-7,20%	<b>Destaques:</b> Aumento da carteira de financiamento para aquisição de veículos (1,8%), crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS e crédito pessoal para trabalhadores do setor público.
		Inadimplência	5,50%	0,00%	-0,10%	-0,80%	
		<b>Saldo Total</b>	<b>R\$ 2.513,3 bilhões</b>	<b>0,80%</b>	<b>4,40%</b>	<b>13,00%</b>	
	Direcionados	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 834,3 bilhões	1,10%	3,00%	11,80%	<b>Destaques:</b> Crédito com recursos do BNDES para financiamento agroindustrial, crédito rural com taxas reguladas e crédito rural com taxas de mercado.
		Spread bancário	3,80%	-0,20%	-0,20%	-0,30%	
		Inadimplência	1,30%	-0,20%	0,10%	-0,30%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.679,1 bilhões	0,70%	5,00%	13,70%	
		Spread bancário	4,3 p.p.	0,00%	0,00%	-0,60%	<b>Destaques:</b> Crédito com recursos do BNDES para capital de giro e financiamento à investimentos.
		Inadimplência	1,40%	-0,10%	0,00%	-0,20%	

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



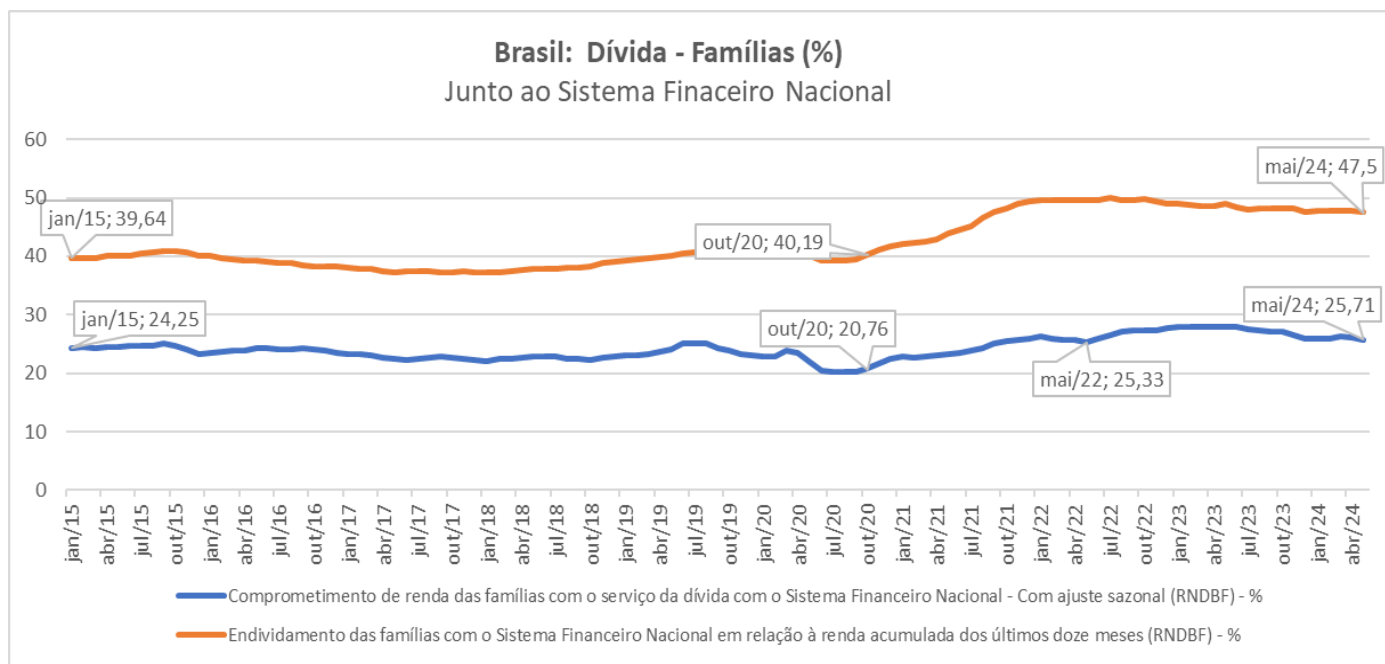
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



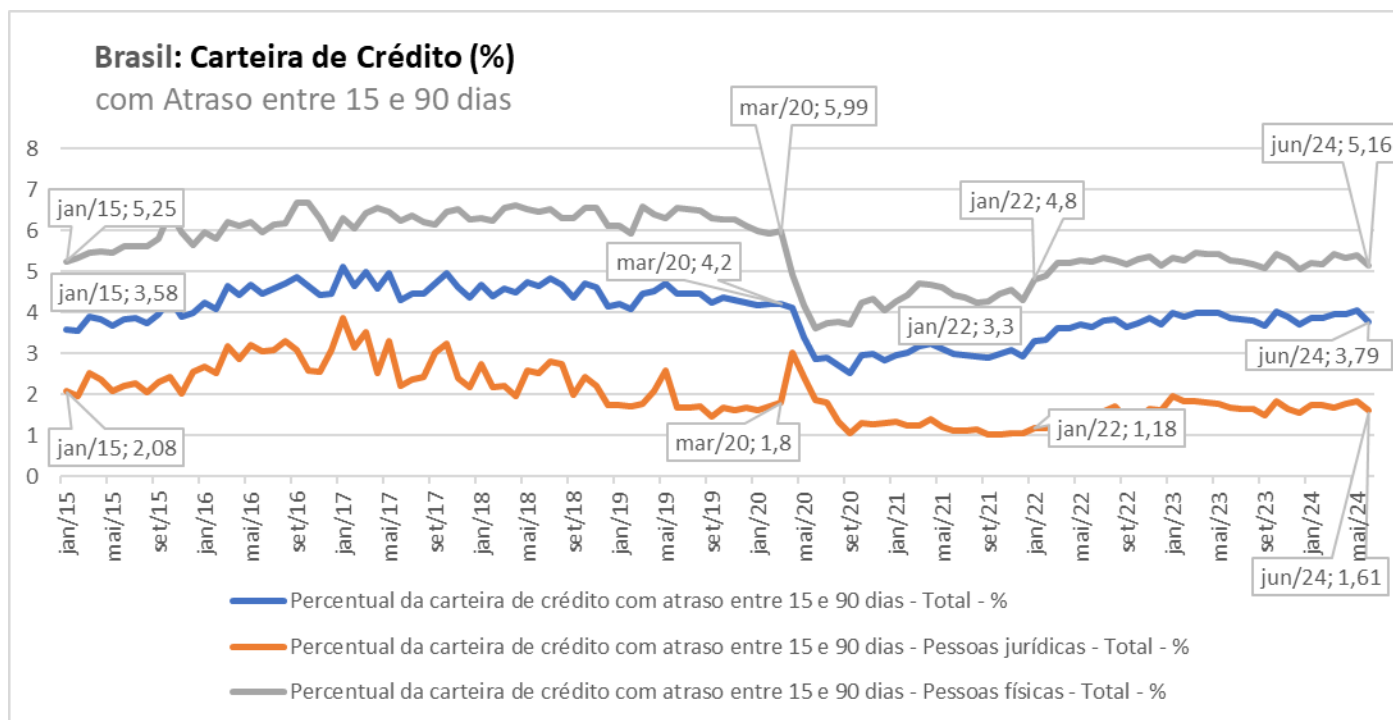
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



# Endividamento



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



## Taxa de Juros

### Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros	Cartão de	Cheque	CDC - bancos -	Empréstimo pessoal	
	Comércio	Crédito	Especial	financ.automóveis	Bancos	Financeira
Junho / 24	82,90%	397,23%	143,55%	24,75%	54,65%	120,71%
Maior / 24	83,11%	403,53%	142,20%	24,75%	55,37%	121,46%
Abril / 24	84,15%	404,58%	143,28%	25,05%	55,73%	122,21%
Março / 24	85,00%	410,97%	144,37%	25,34%	56,45%	123,21%
Fevereiro / 24	85,42%	416,35%	145,46%	25,93%	56,81%	124,21%
Janeiro / 24	86,05%	420,69%	146,55%	26,38%	57,54%	124,97%
Dezembro / 23	86,90%	430,02%	147,93%	26,82%	58,63%	125,72%
Novembro / 23	87,76%	424,51%	150,70%	27,42%	59,37%	127,25%
Outubro / 23	88,61%	430,02%	149,59%	27,72%	60,10%	128,01%
Setembro / 23	89,26%	432,24%	150,98%	28,02%	60,84%	128,78%
Agosto / 23	90,55%	427,81%	153,78%	28,93%	61,77%	130,32%
Julho / 23	91,42%	425,61%	155,48%	28,93%	62,52%	131,62%
Junho / 23	92,51%	427,26%	156,90%	29,08%	62,52%	133,18%
Maior / 23	92,08%	422,87%	156,90%	29,69%	62,52%	134,48%
Abril / 23	91,42%	421,78%	156,33%	29,38%	61,77%	133,44%
Março / 23	90,55%	417,43%	156,33%	29,54%	62,33%	132,13%
Fevereiro / 23	90,12%	412,04%	155,48%	29,84%	61,96%	131,62%
Janeiro / 23	89,69%	410,97%	155,20%	29,69%	61,59%	132,13%
Dezembro / 22	89,26%	409,37%	154,63%	29,54%	62,33%	132,65%
Setembro / 22	88,18%	400,37%	155,20%	29,23%	63,46%	134,48%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

### Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital	Desconto	Conta
	de Giro	de Duplicata	Garantida
Junho / 24	23,29%	21,84%	138,71%
Maior / 24	23,87%	22,13%	140,05%
Abril / 24	24,02%	22,42%	140,58%
Março / 24	24,60%	23,00%	141,93%
Fevereiro / 24	25,34%	23,29%	143,55%
Janeiro / 24	25,64%	23,58%	145,18%
Dezembro / 23	26,68%	23,87%	147,38%
Novembro / 23	27,27%	24,31%	148,76%
Outubro / 23	28,02%	24,90%	149,31%
Setembro / 23	28,63%	25,64%	150,14%
Agosto / 23	29,38%	26,53%	151,54%
Julho / 23	30,15%	27,42%	152,38%
Junho / 23	29,84%	27,42%	154,63%
Maior / 23	29,38%	28,32%	153,78%
Abril / 23	28,78%	27,87%	153,22%
Março / 23	28,93%	27,72%	151,54%
Fevereiro / 23	29,38%	27,12%	150,70%
Janeiro / 23	28,48%	27,42%	151,26%
Dezembro / 22	27,87%	27,12%	152,66%
Setembro / 22	26,53%	28,32%	150,98%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

**Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;**

**Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.**



## Internacional

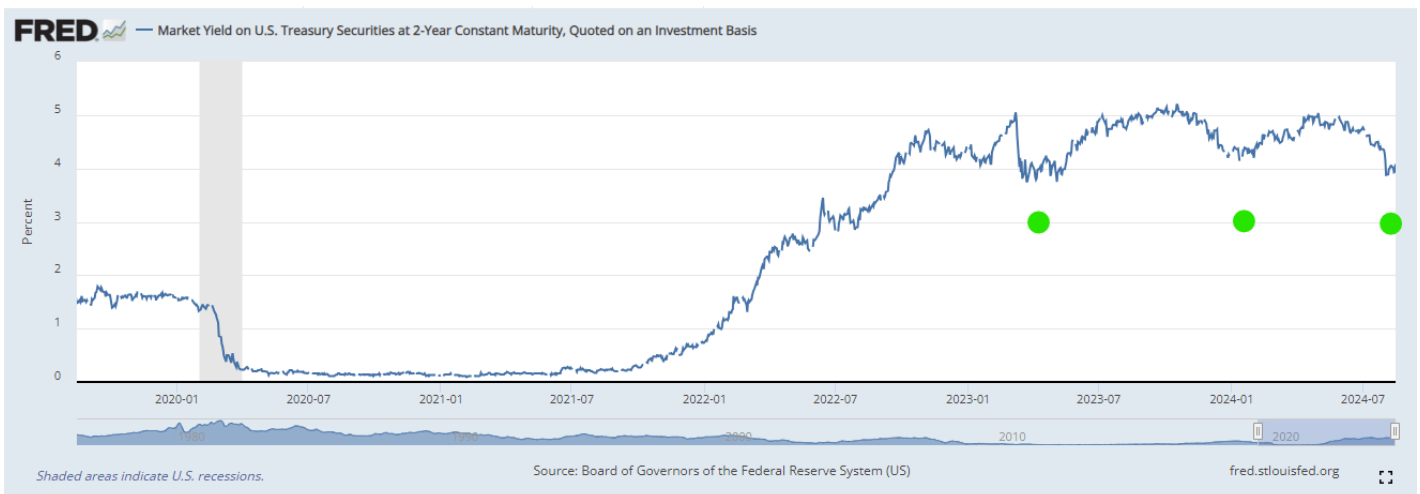
A economia internacional apresentou grandes alterações nos últimos meses, a relação entre o crescimento global e a liquidez internacional tem dado a tônica da política monetária.

Conforme retratamos na edição anterior do nosso boletim, apesar de a expectativa de corte nas taxas de juros americana, principal referencial da remuneração do capital portador de juros, essas expectativas foram dissipadas com os resultados da economia, e agora voltaram a ceder.

Efetivamente isso quer dizer que houve 3 momentos em que as projeções se alteraram drasticamente. Como podemos ver no gráfico, desde a pandemia a política monetária americana tem tido uma característica que pode se considerar experimental, decorre deste fato, uma grande incerteza em relação aos próximos passos.

A taxa de juros de 2 anos, aquela que expressa a expectativa para a Fed Fund Rate, e é a taxa básica da economia americana e instrumento de política monetária do FED – Federal Reserve – Banco Central Americano. Essa série US 2 Year note Bond Yield, indica ao longo dos últimos 5 anos, qual seria a taxa de juros média praticada pelo FED para os próximos 2 anos.

Como podemos ver, ao longo de 2024 tivemos 3 momentos distintos: 1º no início do ano quando se esperava que a taxa média nos próximos 2 anos seria de aproximadamente 4% ao ano, 2º no final de março, quando a expectativa seria uma taxa de 5% ao ano e, por último, no dado mais recente em que a estimativa para os próximos dois anos volta a ser de 4% ao ano.



<https://fred.stlouisfed.org/series/DGS2>

Para além de “descobrir” o que será a política do FED, vale destacar que para uma taxa média de 4% as decisões do FOMC (Federal Open Market Committee), comitê de política monetária do FED poderiam ser considerada mais uma vez extremas.

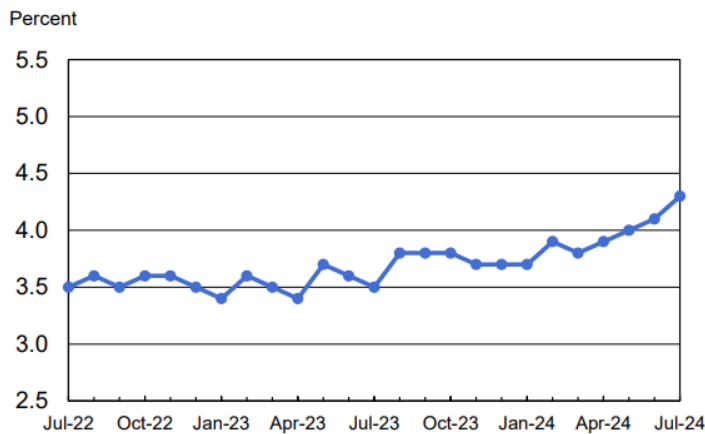
Atualmente a taxa de juros americana efetiva é de 5,33% entre as bandas oficiais de 5,25 e 5,50%, ou seja, se nos próximos 12 meses a taxa de juros fosse reduzida em 1% em cortes constantes, seria necessários cortes adicionais para patamares menores do que 3% para que, na média a taxa de juros fosse de 4%, conforme pred



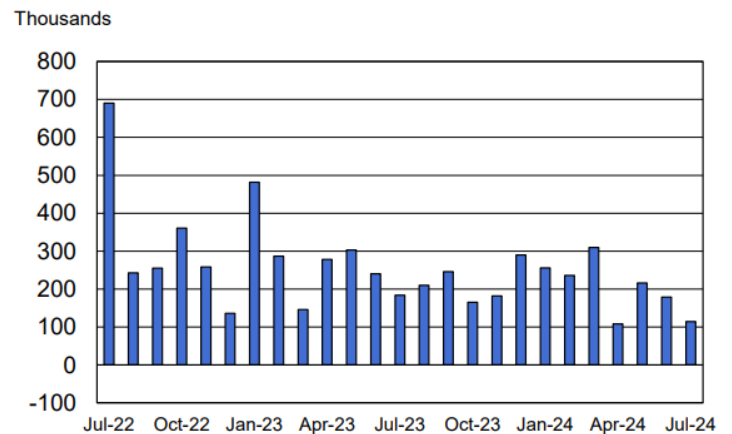
Esse movimento ocorre por conta do esperado *hardlanding*, expressão que tem sido utilizada para retratar a queda abrupta da atividade econômica e, que até então foi decepcionada algumas vezes, o juro alto se mostrou menos efetivo do que esperado inicialmente.

Essas estimativas atuais estão fundamentadas na piora no mercado de trabalho americano, tanto o desemprego atingiu o maior patamar em 4 anos como a criação de novas vagas de trabalho apresentou um valor baixo para os patamares recentes e aquém das expectativas de 175 mil vagas novas vagas.

**Chart 1. Unemployment rate, seasonally adjusted, July 2022 – July 2024**

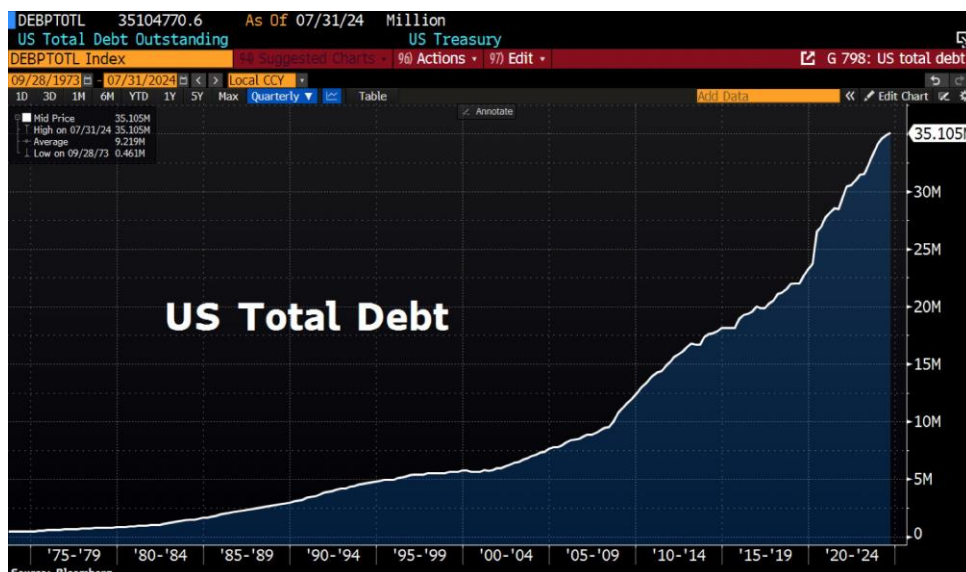


**Chart 2. Nonfarm payroll employment over-the-month change, seasonally adjusted, July 2022 – July 2024**



<https://www.bls.gov/news.release/pdf/empsit.pdf>

Temos discutido a exaustão da política monetária internacional já há algum tempo e, reconhecemos que a frase “so far so good” tem se aplicado até então, mas, o mesmo é verdade para uma queda no precipício, enquanto não chega o chão “so far so good”. Porém, a escalada no endividamento americano pode trazer desafios ainda não enfrentados, desafios de 35 trilões de dólares.



José Victor P. Cassiolato – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP  
 José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP





## Economia Solidária

O tópico “Economia de Francisco” surgiu no boletim DEPE a partir da edição de agosto/20, oriunda da discussão no grupo para ampliar a análise e compreensão de outros temas relevantes à Economia Política, que não são destacados ou considerados em boletins de conjuntura similares.

## Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.<sup>2</sup>

## Cesta Básica de Abril de 2024

Em julho o preço dos alimentos apresentou recuo nas 17 capitais onde a pesquisa da Cesta Básica é realizada. Os maiores recuos foram observados no Rio de Janeiro (-6,97%), Aracajú (-6,71%), Belo Horizonte (-6,39%), Brasília (-6,04%), Recife (-5,91%) e Salvador (-5,46%).

Quando olhamos para o desempenho do preço da cesta básica em 12 meses, temos 6 capitais com recuo nos preços. As quedas são em Recife (-7,47%), Natal (-6,28%), Aracaju (-4,19%), Salvador (-2,73%), João Pessoa (-1,54%) e Porto Alegre (-0,93%). Já aquelas capitais com expansão nesta base de comparação, destacam-se Goiânia (5,82%), Campo Grande (5,54%) e São Paulo (5,17%). Na tabela abaixo podemos verificar o comportamento dos preços nas 17 capitais pesquisadas:

**Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**  
**Custo e variação da cesta básica em 17 capitais**  
**Brasil – Julho de 2024**

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	809,77	-2,75	62,00	126h10m	6,41	5,17
Florianópolis	782,73	-4,08	59,93	121h58m	3,19	4,83
Porto Alegre	769,96	-4,34	58,95	119h58m	0,45	-0,93
Rio de Janeiro	757,64	-6,97	58,01	118h03m	2,58	2,64
Campo Grande	736,98	-1,59	56,43	114h50m	5,63	5,54
Curitiba	718,32	-4,85	55,00	111h55m	3,03	4,06
Goiânia	695,98	-2,17	53,29	108h26m	3,98	5,82
Brasília	694,31	-6,04	53,16	108h11m	-0,63	0,98

<sup>2</sup> Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da e de Alimentos, disponível em <  
<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> >





Vitória	688,45	-4,17	52,71	107h16m	-0,06	2,06
Belém	682,39	-1,90	52,25	106h19m	5,72	4,92
Fortaleza	677,53	-2,84	51,87	105h34m	7,48	2,42
Belo Horizonte	656,69	-6,39	50,28	102h19m	0,06	0,60
Salvador	579,75	-5,46	44,39	90h20m	3,38	-2,73
Natal	575,12	-4,03	44,03	89h37m	3,43	-6,28
João Pessoa	572,38	-4,18	43,82	89h11m	5,55	-1,54
Recife	548,43	-5,91	41,99	85h27m	1,92	-7,47
Aracaju	524,28	-6,71	40,14	81h41m	1,36	-4,19

Fonte: DIEESE – Elaboração DEPE.

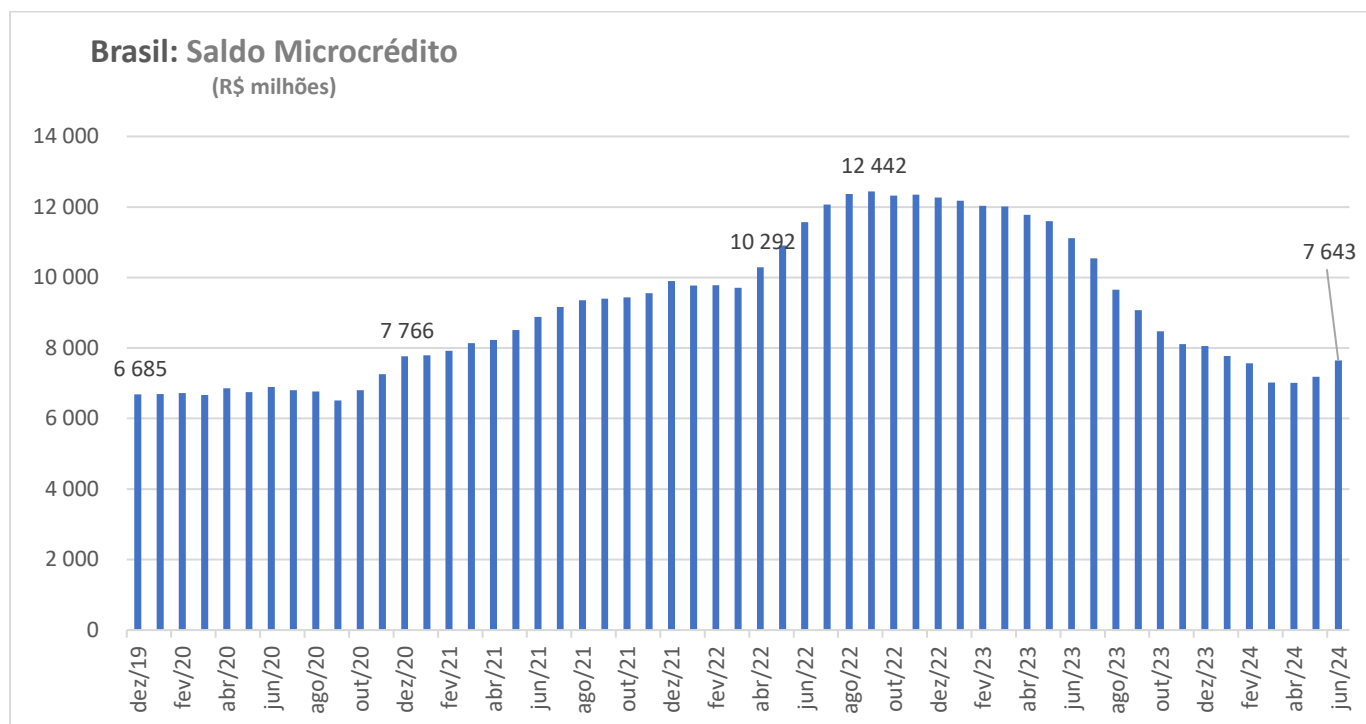
O tempo de trabalho necessário para que um trabalhador adquira uma cesta básica tendo vencimentos iguais a um salário mínimo vigente (R\$ 1.412,00) foi, em média, de 105 horas e 08 minutos em Julho. Já no mesmo mês de 2023 esse tempo havia sido de 111 horas e 08 minutos.

Como sabido, o cálculo do salário mínimo necessário realizado pelo DIEESE tem como base o valor da cesta básica. Neste caso, considerando o maior valor verificado em julho, que no caso foi o de São Paulo, o salário mínimo necessário para uma família de 4 pessoas deveria ser de R\$ 6.802,88, ou 4,82 vezes o salário mínimo nacional vigente de R\$ 1.412,00.

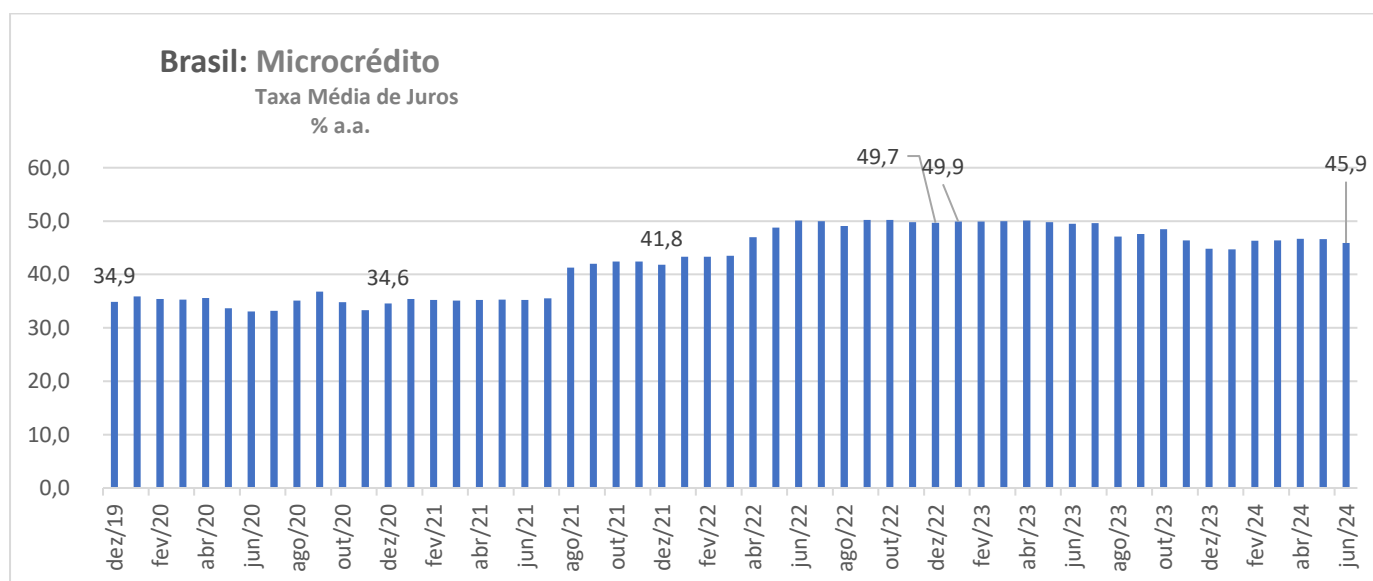
**Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP**

## Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em junho/24 ficou em R\$ 7.643 milhões elevação de +6,4% com relação ao mês anterior, no ano a queda é de -5,1% e nos últimos 12 meses está acumulado em -31,3%. Foi o melhor saldo desde o mês de janeiro/24. Quanto a taxa de juros cobrada, ocorreu uma redução de -0,7% no mês atingindo o patamar de 45,9% a.a..



Fonte: BCB – Elaboração DEPE.



Fonte: BCB – Elaboração DEPE.

## Plano Safra da Agricultura Familiar:

No dia 03/07/24 o Governo Federal lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 que tem como objetivo central, fortalecer a agricultura familiar e promover a produção sustentável de alimentos saudáveis para o país.

Para isso, o governo federal elevou em relação ao ano anterior os recursos do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para R\$ 76 bilhões de reais, isso representa 6% de aumento em relação ao disponibilizado no primeiro ano do atual governo e 43,3% a mais do



que foi apresentado no Plano Safra de 2022/2023 último ano do governo Bolsonaro.

### 1 - Brasil - Plano Safra - Agricultura Familiar - (R\$ milhões)

Programas	2022 / 2023 (R\$)	2023 / 2024 (R\$)	2024 / 2025 (R\$)
PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	53.000	71.600	76.000
PROAGRO MAIS		1.900	5.900
GARANTIA SAFRA		960	1.000
PGPM BIO		50	45
ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)		200	307
COMPRAS PÚBLICAS		3.000	2.400
ECOFORTE		0	100
<b>TOTAL</b>	<b>53.000</b>	<b>77.710</b>	<b>85.752</b>

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Além de um montante maior para a safra atual, ocorrerá redução de taxas de juros de algumas linhas de empréstimo, sobretudo para produtos agroecológicos.

O lançamento do programa Ecoforte é outro destaque, que tem como objetivo o fortalecimento da rede de agroecologia no país que poderá beneficiar 40 redes de apoio ou aproximadamente 30 mil famílias.

A inclusão do instrumento dos Fundos Garantidores apoiando Cooperativas de Agricultura Familiar e diretamente Agricultores Familiares com renda anual de até R\$ 100 mil reais é um outro ponto importante.

Abaixo quadro com um resumo das medidas adotadas para o Plano Safra Agricultura Familiar 2024/2025.



## Brasil - Plano Safra da Agricultura Familiar 2024 - 2025

## 2 - Produção de Alimentos

Financiamento	Objetivo	Alimentos	Taxa de juros a.a.
Pronaf Custeio	para a produção de alimentos da cesta básica das brasileiras e brasileiros	Arroz Feijão Mandioca Frutas, legumes e verduras Leite	3%
	para produtos da sociobiodiversidade, agroecologia e orgânicos	Alimentos agroecológicos Açai Babaçu Castanha do Brasil Pequi Guaraná Umbu	2%

## 3 - Leite

Financiamento	Objetivo	Valor R\$	Taxa de juros a.a.
Estratégia Nacional para Desenvolvimento da Cadeia do Leite	Alimentação animal, medicações, produtos de higiene de ordenha e de tanques		3,00%
	Aquisição de embriões qualificados para produção de fêmeas leiteiras e melhoramento genético; Reforma e construção de instalações; Formação e recuperação de pastagens.	R\$ 250.000,00	3,00%
	Máquinas e equipamentos de pequeno porte, incluindo aquisição de tanques de resfriamento e ordenhadeiras mecânicas	R\$ 50.000,00	2,50%

## 4 - Arroz da Gente

Financiamento	Objetivo	Valor R\$	Taxa de juros a.a.
Estratégia nacional para ampliação da produção de arroz da agricultura familiar	1) Crédito;		
	2) Acompanhamento Técnico;		
	3) Fomento;		> 2% a.a. arroz agroecológico;
	4) Sementes;		> 3% a.a. arroz convencional;
	5) Beneficiamento;		
	6) Comercialização;		
	7) Contratos de Opção;		

## 5 - Linhas sustentáveis de investimento

Financiamento	Objetivo	Valor R\$	Taxa de juros a.a.
Agroecologia, Bioeconomia, Semiárido e Florestas	<u>Investimento</u> : redução na taxa de juros de 4% para		3,00%
Produtivas	<u>Custeio</u> : Redução na taxa de juros de 3% para		2,00%



### 6 - Programa Florestas Produtivas

Financiamento	Objetivo	Aumento de limite de financiamento	Taxa de juros a.a.
	<b>&gt; Principais Medidas:</b>		
Restauração ambiental produtiva em territórios rurais e assentamentos da reforma agrária	1) Crédito - Pronaf Floresta; 2) Assistência Técnica e Extensão Rural; 3) Viveiros Comunitários e Banco de Sementes; 4) Unidades demonstrativas de Sistemas Agroflorestais	de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil	3,00%

### 7 - Agroecologia

Financiamento	Objetivo	Volume R\$	Público Alvo
Para promover o fortalecimento e ampliação das redes de agroecologia e produção orgânica.	ECOFORTE (BNDES + FBB)	R\$ 100 milhões (recursos não reembolsáveis)	40 Redes apoiadas
Para promover a transição agroecológica da agricultura familiar	Edital da Terra à Mesa	R\$ 35 milhões	40 mil agricultores familiares beneficiários

### 8 - Mais Alimentos

Financiamento	Volume R\$	Taxa de juros a.a.
Nova linha para financiamento de máquinas de menor porte	Limite de financiamento R\$ 50 mil	Redução da taxa de juros de 5% para 2,5% a.a.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

## Brasil - Plano Safra da Agricultura Familiar 2024 - 2025

### 9 - Inclusão Produtiva

Financiamento	Objetivo	Volume R\$	Taxa de juros a.a.
<b>Novos limites:</b>	R\$ 35 mil para famílias com nova renda de enquadramento de até R\$ 50 mil por ano	<b>Novos limites:</b> 1) Mulheres: R\$ 15 mil; 2) Unidade familiar: R\$ 12 mil; 3) Jovens: R\$ 8 mil;	Taxa de juros: 0,5% ao ano Prazo de pagamento: 3 anos Bônus de adimplência: 25% a 40%

### 10 - Mulheres Rurais

Financiamento	Objetivo	Volume R\$	Taxa de juros a.a.
<b>R\$ 60 milhões</b>	Edital Organização Produtiva e Econômica  Edital Quintais Produtivos	> R\$30 milhões para fortalecimento das organizações produtivas e econômicas de mulheres rurais; > 300 organizações de mulheres agricultoras beneficiadas; > R\$30 milhões para Promoção da autonomia econômica das mulheres rurais; > 3 mil agricultoras familiares beneficiadas;	



### 11 - Juventude Rural

Financiamento	Objetivo	Volume R\$	Taxa de juros a.a.
Melhores condições no microcrédito rural para jovens agricultores com baixa renda	Nova linha Pronaf B Jovem	> <u>Limite de financiamento</u> de R\$ 8 mil;	> <u>Taxa de Juros</u> 0,5% ao ano; > <u>Bônus de adimplência</u> :
	Pronaf Jovem	> Aumento do limite de financiamento de R\$ 25 para R\$ 30 mil;	a) 25% (padrão); b) 40% (áreas de atuação Sudene e Sudam) > Redução da taxa de 4% para 3% ao ano;

### 12 - Programa Coopera Mais Brasil

Financiamento	Objetivo	Ampliação do Crédito	Volume R\$
700 cooperativas apoiadas em 2024:	+ Gestão	Cooperativa Singular	> Custeio (Industrialização) R\$ 33 milhões;
	+ Crédito		> Investimento (agroindústria) R\$ 50 milhões;
	+ Agroindústrias	Cooperativa Central	> Cotas-Partes: R\$ 55 milhões;
	+ Acesso a mercados		> Custeio R\$ 55 milhões;

### 13 - Inclusão da Agricultura Familiar em Fundos Garantidores

Tipo de Garantia	Objetivo	Cobertura
1. Fundo Garantidor de Operações;	Garantia do Crédito	> <u>Beneficiários</u> :
2. Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas		1) Cooperativas da Agricultura Familiar Com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões;
FAMPE/SEBRAE;		2) Agricultores Familiares Com renda bruta anual de até R\$ 100 mil (Somente no FGO)
3. Fundo Garantidor Para Investimentos FGI		

### 14 - Pronaf A: Reforma Agrária

Financiamento	Objetivo	Tipo	Volume e Taxa
Assentados, Quilombolas e Indígenas	Ampliação do limite de financiamento e da remuneração de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)	Pronaf A/C (custeio):	> Limite de R\$ 12 mil para R\$ 20 mil Taxa de juros: 1,5% ao ano
		Pronaf A (investimento):	> de R\$ 40 mil para R\$ 50 mil; Taxa de juros: 0,5% ao ano; > Bônus de adimplência: 40%; > ATER: de R\$ 1,5 mil para R\$ 2,5 mil;

### 15 - Nova linha do Pronaf para regularização fundiária

Financiamento	Objetivo	Volume R\$	Taxa de juros a.a.
Regularização Fundiária	Financiamento de todas as etapas do processo de regularização fundiária de imóveis rurais, incluindo despesas com serviços de georreferenciamento, tributos, emolumentos e custos cartoriais.	> Limite de financiamento: R\$ 10 mil;	> Taxa de juros: 6% ao ano; > Prazo de pagamento: 10 anos; > incluídos 3 anos de carência;

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



## Desigualdade: Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo

No dia 24/07/2024 foi lançado no Rio de Janeiro o Relatório Anual intitulado “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo 2024 – Financiamento para acabar com a Fome, Insegurança Alimentar e Desnutrição em todas as suas formas (SOFI)”, elaborado por cinco agências relacionadas à ONU (Organização das Nações Unidas) que são a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Como podemos observar na tabela abaixo (extraída do relatório) o número de pessoas subnutridas entre 2005 e 2023 aumentou significativamente a partir da pandemia, e em 2023 atingiu a marca de 733,4 milhões de pessoas que naquele ano passaram fome<sup>3</sup> no mundo. Isso representa uma em cada 11 pessoas no mundo e na África, região onde o problema foi mais severo uma em cada 5 pessoas passaram fome.

**TABLE 2** NUMBER OF UNDERNOURISHED PEOPLE, 2005–2023

	Number of undernourished									
	2005	2010	2015	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*
	(millions)									
<b>WORLD</b>	<b>798.3</b>	<b>604.8</b>	<b>570.2</b>	<b>541.3</b>	<b>557.0</b>	<b>581.3</b>	<b>669.3</b>	<b>708.7</b>	<b>723.8</b>	<b>733.4</b>
<b>AFRICA</b>	<b>184.4</b>	<b>167.4</b>	<b>192.1</b>	<b>211.6</b>	<b>221.2</b>	<b>231.0</b>	<b>256.5</b>	<b>269.6</b>	<b>284.1</b>	<b>298.4</b>
Northern Africa	14.7	12.8	12.7	14.7	15.0	14.8	15.7	18.3	19.3	20.7
Sub-Saharan Africa	169.7	154.6	179.4	196.9	206.2	216.2	240.8	251.4	264.8	277.7
Eastern Africa	95.7	83.7	96.3	109.0	112.7	119.7	128.1	133.7	139.8	138.5
Middle Africa	38.3	30.4	36.6	40.0	42.5	44.9	51.3	53.7	54.0	62.2
Southern Africa	2.6	4.2	5.3	4.5	4.6	4.7	5.5	6.2	6.5	6.6
Western Africa	33.1	36.4	41.1	43.4	46.5	46.9	56.0	57.8	64.5	70.4
<b>ASIA</b>	<b>552.6</b>	<b>391.4</b>	<b>336.3</b>	<b>284.9</b>	<b>289.6</b>	<b>305.7</b>	<b>361.7</b>	<b>384.6</b>	<b>386.5</b>	<b>384.5</b>
Central Asia	8.2	4.1	2.7	2.4	2.1	1.9	2.4	2.5	2.4	2.3
Eastern Asia	105.4	42.8	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.
South-eastern Asia	95.7	69.8	49.5	38.5	37.7	36.6	37.3	39.0	41.6	41.7
Southern Asia	325.2	258.4	236.1	194.6	197.3	216.9	268.3	288.6	284.9	280.9
Western Asia	18.2	16.2	24.7	28.0	29.6	30.2	31.5	33.0	35.5	37.1
Western Asia and Northern Africa	32.9	29.0	37.3	42.7	44.6	44.9	47.2	51.3	54.8	57.8
<b>LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN</b>	<b>49.8</b>	<b>36.0</b>	<b>32.5</b>	<b>36.3</b>	<b>37.6</b>	<b>36.3</b>	<b>42.2</b>	<b>45.3</b>	<b>43.9</b>	<b>41.0</b>
Caribbean	7.2	5.9	5.5	5.6	6.0	6.0	6.8	6.8	7.5	7.7
Latin America	42.6	30.1	27.0	30.7	31.7	30.3	35.4	38.5	36.4	33.3
Central America	11.2	10.0	10.7	10.2	10.4	9.7	9.9	10.3	10.6	10.5
South America	31.4	20.1	16.3	20.5	21.2	20.6	25.4	28.2	25.8	22.8
<b>OCEANIA</b>	<b>2.3</b>	<b>2.7</b>	<b>2.8</b>	<b>2.8</b>	<b>3.0</b>	<b>3.1</b>	<b>2.9</b>	<b>3.3</b>	<b>3.2</b>	<b>3.3</b>
<b>NORTHERN AMERICA AND EUROPE</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>	<b>n.r.</b>

NOTES: n.r. – not reported, as the prevalence is less than 2.5 percent. Regional totals may differ from the sum of subregions, due to rounding and non-reported values. For country compositions of each regional/subregional aggregate, see Notes on geographic regions in statistical tables at the end of the report. \* Values are based on the point estimates; the values of upper and lower bounds of the estimated ranges for 2020 to 2024 can be found in the [Supplementary material to Chapter 2](#).

SOURCE: FAO. 2024. *FAOSTAT: Suite of Food Security Indicators*. [Accessed on 24 July 2024]. <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>.  
Licence: CC-BY-4.0.

Fonte: <https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>

A estimativa apontada no relatório é que em 2023 cerca de 28,9% da população global (2,3 bilhões de pessoas) tiveram insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, não tiveram acesso

<sup>3</sup> **Fome:** Uma sensação desconfortável ou dolorosa causada por energia insuficiente da dieta. No relatório, fome é sinônimo de subalimentação crônica e é medido pela prevalência de subalimentação.



constante a uma alimentação adequada. Em 2015 esse número era de 1,6 bilhões de pessoas e em 2019 chegou à 1,9 bilhões de pessoas, uma variação de 19,7% no período de 2019 até 2023 um aumento de 382,9 milhões de pessoas a partir da pandemia.

No Brasil, um dos mais importantes pontos a ser destacado, diz respeito ao avanço ocorrido nas informações divulgadas em 2024 na questão da insegurança alimentar. No triênio de 2020-2022 a insegurança alimentar severa correspondia a 18,3 milhões de pessoas e no triênio 2021-2023 representava 14,3 milhões de pessoas, uma redução de 4 milhões de pessoas que deixaram a insegurança alimentar severa na comparação do triênio.

Na contribuição para superação da insegurança alimentar no mundo, o relatório destaca a urgência de melhoria e aumento dos instrumentos de financiamento, (dos 119 países de baixa e média renda, apenas 37% possuem diversas opções de financiamento) sobretudo em países que apresentam um nível elevado de fome, e que seja ampliado o acesso principalmente para mulheres, povos indígenas, pequenos agricultores e pequenas e médias empresas agroalimentares.

Isso tudo é necessário porque até o momento, a ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) de número 2 que é o de Fome Zero até 2030 está distante de ser alcançado.

Os dados e informações discutidas neste item do boletim foram obtidos nos seguintes links:

<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1707863/>

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>

<https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>

<https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>





## Redação: Boletim DEPE, Ano IX, n. 57.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP

### Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP;

Emerson Davi Pereira Braz, economista e mestrando ( Coordenador ) pela PUC-SP;

Gabriela Fioretti, economista e mestranda em ciências econômicas pela PUC-SP;

José Victor P. Cassiolato – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Mariel Liberato, mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Pablo Henrique Romero dos Santos, graduando em Economia Política pela PUC-SP;

Raul Dias, Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP)

Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP - Tel. 11-3670-8516

E-mail [ecopol@pucsp.br](mailto:ecopol@pucsp.br); [boletimdepepucsp@gmail.com](mailto:boletimdepepucsp@gmail.com)

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 17/08/2024